



## 5. A época romana

### 5.1 Período republicano

---

Define-se este período como o de contacto entre populações indígenas e romanas, geralmente considerado entre cerca de 200 a.C. e o início do Império (reinado de Augusto, 23 a.C.). Trata-se de uma época onde se notam os primeiros contactos quer de natureza comercial quer de natureza militar, e o estabelecimento das primeiras construções romanas. A sua natureza é por vezes difícil de definir, pois faltam escavações arqueológicas que possam esclarecer estes aspectos.

Na região em estudo, são poucos os dados disponíveis para fazer uma análise deste tipo. Um dos castros que mais poderia fornecer informações é o castro de São Miguel de Amêndoa (116), que foi escavado em grande parte pelo Dr. Calado Rodrigues e superintendido por Eugénio Jalhay, ao tempo (década de 40) a fazer escavações no Castro de Sanfins. A cronologia que este autor apontou para o castro, entre 400 e 300 a.C. parece-me correcta em virtude da disposição dispersa das habitações escavadas. A existência de uma acrópole de forma rectangular também corrobora esta impressão. Como se pode ver na planta (Fig. 9-2), parece haver junto da possível muralha a sul uma organização espacial diferente da ocupação do resto do povoado. Com efeito, as casas parecem estar muito mais próximas, definindo uma espécie de proto-urbanismo com pequenas ruas ou vielas a separar as casas umas das outras. Infelizmente, as etiquetas do material recolhido que poderiam corroborar estas teorias apodreceram e estragaram-se não tendo sido possível à Dra. Maria Amélia Horta Pereira recuperar boa parte da informação.

As próprias escavações por ela dirigidas revelam materiais, no mínimo, perturbantes. Apesar de ela os ter datado de cerca de 300 a.C., na verdade as suas formas são aparentadas a cerâmicas do Baixo Império (Fig. 26), corroboradas por uma enorme massa de mós volantes romanas. Curiosamente, para o período romano, Maria Amélia refere que o povoado pouca ocupação teve. Uma breve consulta às cerâmicas que existem no Museu Dr. Calado Rodrigues em Mação (que vai entrar em obras estando por isso as cerâmicas já encaixotadas), deu para verificar que as que resultam das escavações mais recentes destes investigadores (1993) comprovam o carácter tardio das cerâmicas recolhidas, entrando mesmo pelo visigótico e que as casas eram cobertas por *imbrices* grosseiros e de diversas espessuras.

Mas se este povoado nos deixa confusos, outros existem na área que apesar de não terem sido escavados apontam pistas interessantes. Dos menos interessantes conta-se o Castro do Picoto (006), que apesar de ter já ter três linhas de muralhas viradas a norte (local de mais fácil incursão), os poucos materiais não deixam ter ideia sobre a sua eventual romanização.

No concelho da Sertã, o castro de Santa Maria Madalena (028), para além da ocupação Bronze Final/I Idade do Ferro, apresenta do lado sul casas rectangulares paralelas umas às outras, no interior das quais uma tinha tijoleiras no chão (lareira?).

Outro povoado romanizado é São Pedro do Castro (099). Apesar de os materiais achados não nos elucidarem sobre a época de que estamos tratando, é dos que apresenta mais

potencialidades, dado ter uma ocupação alto e baixo-imperial, para além das anteriores ocupações do Bronze Final/I Idade do Ferro e II Idade do Ferro. Mais uma vez os materiais recolhidos são escassos e pouco indicadores. Nota-se a presença de construções de planta quadrangular ou rectangular e o seu sistema defensivo apresenta muitas semelhanças com sistemas defensivos desta época. Com efeito, possui uma a duas muralhas de protecção e uma terceira que tem a particularidade de estar num cabeço antes do castro e que constituía uma primeira barreira defensiva entre as duas ribeiras cavadas e profundas que tornam o castro praticamente inexpugnável, com excepção do seu acesso ocidental defendido por esta muralha (Fig. 10-2).

O Castro de Dornes (097), escavado por Leite de Vasconcelos em 1895, revelou alguns aspectos interessantes. Sobre a cerâmica deu a entender que se tratava de cerâmica de cariz indígena, sendo o objecto recolhido mais importante um denário de Silano que foi monetário em Roma em 89 a.C. (Vasconcelos, 1903, p. 13). A recolha de materiais, lavados pela água da albufeira e que rebolaram para a encosta do castro, efectuada por mim e por Filomena Gaspar, revelaram uma ocupação desde o Bronze Final/I Idade do Ferro e, do período que nos estamos a ocupar, bordos de ânforas e anforetas.

A estação da Cerca do Castelo (057) reúne características que se torna importante analisar. Neste caso trata-se de uma muralha que acompanha as curvas de nível, feita com xisto da zona empilhado em delgadas camadas. Segundo a observação de alguns populares, teria tido duas portas (uma a oeste e outra a nascente). Com efeito, observada a disposição da estrutura no local, verifica-se que a mesma só poderia ter duas portas e precisamente nestes dois pontos, dado que as encostas a norte e sul são demasiado íngremes para aí ser instalada uma entrada.

A sua cerâmica, apesar de muito rolada devido às intensas culturas que aí se praticam, é maioritariamente de pasta alaranjada e torneada, compatível com a ocupação do local no período republicano.

O que lhe dá maior expressão foi o aparecimento, em finais do século XIX, de um tesouro monetário constituído por denários romanos. O seu aparecimento ou está relacionado com pontos de passagem (vias) ou com um local onde poderiam ter permanecido algumas tropas romanas.

No caso da Cerca do Castelo, poderia defender a passagem de uma via sobre a Ribeira do Peral, onde a pendente das encostas deixa adivinhar um fácil atravessamento, numa zona montanhosa, onde não abundam passagens deste tipo.

Para além dos povoados de altura, alguns locais de efectiva ocupação romana apresentam uma fase de ocupação anterior que remetem para este período. É o caso da *villa* romana do Olival Comprido (218), junto ao Tejo, que revelou também, para além das cerâmicas de carácter indígena, fragmentos de ânforas republicanas, nomeadamente uma que parece ser uma Lamboglia 2, com circulação no início do século I a.C. (Sciallano et al., s.d.).

Outro dado importante para caracterizar a região neste período são os tesouros monetários. E a região apresenta vários. Assim, na parte norte apareceram dois. Do de Sendinho da Senhora (005) constituído por 79 denários, estudou João Lopes Guedes 76 exemplares (Hipólito, 1960/61, p. 68-69). Outro tesouro monetário de que apenas temos a referência vaga de um investigador local (Pimentel, 1881, p. 41), apareceu no Estreito (007). Poderá ser um tesouro republicano, pois uma das moedas foi datada de 88 a.C.

Na vila de Gavião também foram encontradas várias moedas que se perderam. Sobrou apenas uma que é um denário de prata cunhado em Roma em 45 a.C.

## 5.2 Período alto e baixo-imperial

---

Decidiu-se englobar estes dois subperíodos num só, pois os materiais que se puderam analisar são poucos para se poder fazer uma distinção clara entre estes dois momentos. Na maior parte dos casos, os elementos datáveis resumem-se às telhas e cerâmica comum, o que dificulta a sua distinção. É provável, que à falta de elementos caracterizadores, se pudesse fazer alguma distinção com base na evolução tipológica das tégulas e dos *imbrices*, método que deverá ser encarado futuramente como método alternativo para estações arqueológicas romanas onde não aparecem itens bem datados como sejam as *sigillatae*, as lucernas, moedas, vidros e algum tipo de cerâmica comum.

Como em muitos outros casos, existem algumas exceções e essas provêm de estações que foram parcialmente escavadas, onde é possível fazer uma análise mais segura das diversas ocupações que o registo arqueológico evidenciou. Nos locais onde apareceram epígrafes (quase todas com antropónimos indígenas), temos um indicador claro da sua antiguidade, podendo a maior parte delas ser colocadas no século I d.C. Porém, as epígrafes sem contexto mas provenientes de locais arqueologicamente escavados representam apenas 2% das estações colocadas neste período.

Os tesouros monetários (dois do Baixo Império) aparecem descontextualizados, embora em zonas de forte presença romana, não contribuindo para a distinção entre o Alto e o Baixo Império.

Das estações arqueológicas que foram escavadas, a Pedreira (230), revelou, para além da ocupação do Bronze Final, caracterizada pelo Dr. Paulo Félix, a presumível I Idade do Ferro (conta de colar oculada), e ocupação do Baixo Império e Visigótico, não sendo posta de parte a existência de uma *villa* romana que depois teria dado origem a um *vicus*, segundo opinião dos autores que a escavaram. É certo que os materiais não foram estudados, encontrando-se no IPPAR, e poderiam precisar a cronologia da estação.

Mais certa é a sua ocupação no Baixo Império e em Época Visigótica, com um elevado número de sepulturas (três núcleos).

A Fonte do Sapo (197) revelou também uma ocupação intensa que se pode documentar desde a II Idade do Ferro. Para o período em questão, foram escavados vários sectores, cada um com características próprias. O Sector 4/5, que apresenta estruturas com funcionalidade diversa e composição diferenciada apresenta um edifício datável dos séculos I/II, remodelado nos séculos III/IV (Fig. 13).

Mais acima, foi escavada uma casa isolada que apresenta também duas fases de ocupação (Fig. 14). O sector 1 apresenta estruturas que parecem ser de um *horreum*, semelhante ao que apareceu na *villa* romana da Freiria (Cardoso et al., 1987, p. 43) sobre o qual foi construída uma necrópole visigótica (Fig. 15).

A Quinta do Ribeiro da Nata (255) apresenta também várias fases distintas, especialmente no Sector II, onde foram reconhecidas estruturas dos séculos I/II e outra, mais tardia, dos séculos III/IV.

Em Pedrógão Grande, no Calvário (038), as escavações levadas a cabo por Costa Santos têm revelado uma estrutura tardia cujos materiais datam dos séculos III/IV.

## 5.3 Período tardo-romano/visigótico

---

Poder-se-ia definir este período como sendo uma época em que aparecem poucos materiais associados às estações arqueológicas. O que caracteriza este período, no nosso entender,

é a presença de poucos materiais arqueológicos e materiais de construção constituídos apenas por *imbrices* em pequena quantidade e na maior parte dos casos de formato muito grosseiro e diversas espessuras.

São também estações muito pequenas, cuja área ronda os 100 m<sup>2</sup>. Como para os períodos anteriores, não deixamos de ter em conta que nestas pequenas unidades, a que frequentemente se chama casais e outros autores cabanas, a sua pequena área tanto aparece neste período como no momento anterior, sendo difícil saber a que período pertence cada um. O critério adoptado para a sua separação foi a existência de tégulas ou de materiais datáveis.

Como no período anterior, alguns itens não deixam dúvidas quanto à sua constituição. Assim, algumas estações, sempre pequenas no tamanho, apresentam materiais que não deixam dúvidas e servem de bitola para a caracterização de outras estações que inserimos neste período.

A grande tónica que nos é dada para o período visigótico é, certamente, o aparecimento de imensas necrópoles, tipologicamente diferentes das romanas e com orientação definida, sempre no sentido este-oeste. As necrópoles têm aparecido em estações de algum porte como seja o caso das Mouriscas (Fonte do Sapó), Pedreira e Vale do Junco. No entanto, também aparecem em estações tipo *villa*, como é o caso do Cemitério de São Miguel do Rio Torto ou em Alvega. Os materiais são geralmente pobres, constituídos por fivelas de cinturão, contas de colar, anéis e uma ou outra peça de cerâmica.

No que toca a sítios arqueológicos, dois existem onde a cerâmica apresenta características muito diferentes da romana. A sua máxima expressão aparece na estação do Pincho (157), onde apareceu um pote de perfil em S, com linhas onduladas incisadas que tanto faz lembrar a Idade do Ferro, *dolia* com dedadas digitadas na pança em alinhamentos sucessivos e onde a cerâmica de construção é constituída por *imbrices* grosseiros (Fig. 28). Alguma cerâmica parece de feição manual, o que tem originado muita confusão e a sua inclusão em períodos do Bronze Final e da Idade do Ferro.

Outra estação da área em que a cerâmica apresenta semelhanças notáveis é a Quinta da Lêgua II (232), onde aparecem linhas incisadas ondulantes e *dolia* com dedadas digitadas (Fig. 27). Aparecem ainda *dolia* com dedos digitados na estação de Cana Verde I (217)(Fig. 25-3).

No Museu Dr. Calado Rodrigues também se encontra cerâmica de feição manual, perfil em S e linhas onduladas semelhante à que se encontra no Pincho e Quinta da Lêgua, proveniente de S. Miguel da Amêndoa.

Na maior parte dos casos, o que caracteriza as estações deste período são os *imbrices* toscos associados a uma quase ausência de cerâmica e a sua pequena área.

Aparecem frequentemente perto de explorações aluvionares, o que constitui uma surpresa. No entanto, se pensarmos bem, é natural que assim aconteça. Os visigodos cunhavam moeda em ouro e os seus adereços eram frequentemente de pedras semipreciosas e metais nobres, sendo natural que reexplorassem as concheiras. Só assim se pode explicar a sua presença perto de concheiras que são áreas pouco propícias à prática da agricultura, sendo manifesto que o seu interesse há-de estar ligado à sua exploração.

Apesar destes elementos, são poucos os casais que apresentam materiais que os datem inequivocamente e são raras as moedas. Apesar de as grandes necrópoles se situarem em grandes povoados tipo *vicus*, a presença epigráfica é rara. Em todo o território apenas foi documentada uma epígrafe do século VI d.C. no Mosteiro (013), a que está associada a presença de grande quantidade de *imbrices* em volta da Igreja Matriz do Mosteiro.

Da Senhora dos Remédios (027), que foi provavelmente outro mosteiro (demonstrável por documentos medievais e pela presença de grande número de *imbrices*, ocupando uma grande área em volta da igreja medieval da Senhora dos Remédios), poderá ser proveniente uma pilastra visigoda que se encontra no museu do Clube da Sertã.

## 5.4 Tipologia de estações romanas

---

Dentro desta problemática, pretendemos discutir a área que é ocupada por cada uma das estações arqueológicas que compreendem os períodos do Alto e Baixo-Império e o período tardo-romano/visigótico, e uma caracterização tipológica baseada no cruzamento de informações obtidas na sua maior parte na prospecção de campo (situação geográfica e relevo, existência ou não de prováveis vias romanas, materiais datáveis) e recolha de informação bibliográfica (epigrafia e dados materiais sobre as estações arqueológicas).

Um dos primeiros tipos observados e já discutidos no capítulo anterior diz respeito ao povoamento de altura. A maior parte dos castros apresentam materiais romanos e, num caso, tardo-romano. A dimensão destes povoados é bastante modesta se comparados com os seus homónimos do noroeste de Portugal. Temos, assim, povoados com áreas rondando os 0,5 ha (a maior parte) com dois pequenos (0,25 e 0,5 ha) e dois com 4 e 5 ha. Poder-se-ia discutir se o de 5 ha (Senhora da Confiança) foi totalmente ocupado no espaço intra-muralhas, o que não parece ter acontecido. Já no caso de São Pedro do Castro (4 ha), os vestígios observáveis apontam para que o povoado tenha sido totalmente ocupado com casas no espaço intra-muralhas, tendo havido mesmo necessidade de construir junto à 3.<sup>a</sup> muralha, já um pouco afastada do castro.

Poder-se-ia traçar os respectivos territórios de exploração para ver se estes colidiam uns com os outros. Porém, a sua simples cartografia demonstra que estão tão afastados uns dos outros que não existiriam conflitualidades entre os seus habitantes pela posse de terra. Poderia no entanto, existir conflitualidade ligada a actividades económicas como seja a exploração de metais em que a área é rica.

Uma das primeiras evidências que ressalta do estudo efectuado é a fraca representatividade das *villae* romanas. Do total de estações para estes períodos, apenas nos surgem vilas comprovadas no Sobral (169), Surdo (205), Cana Verde I (217), Olival Comprido II (218), Lopo/Casabel (226), Terra Fria (248) e Quinta da Gorda (249), todas situadas junto do Tejo, com excepção do Sobral que fica já um pouco mais para o interior (Sardoal). Um caso excepcional, pela sua fraca dimensão, é a Coutada (118), mas talvez se possa pensar antes numa estrutura tipo *mutatio* ou *mansio*, dado situar-se ao longo de uma via romana. O interior, muito mais montanhoso e ondulado, não revelou nenhuma estrutura deste tipo. Mesmo na sua dimensão, não estão muito longe das dimensões das *villae* alentejanas. Com efeito, o cálculo efectuado através da dispersão de vestígios no terreno não se afasta muito da dimensão proposta por Jorge de Alarcão para este tipo de construção (Alarcão, 1998a, p. 95). Mas teremos de pensar que estamos a falar de uma região de amplas planícies onde a propriedade agrícola se podia desenvolver sem constrangimentos. A realidade na região de Tomar já é bastante diferente. A concentração de *villae* romanas em ambas as margens da ribeira da Beselga onde as planícies aluvionares são mais reduzidas, dão áreas para as *villae* na ordem dos 3000 m<sup>2</sup>, fugindo claramente ao esquema proposto por Jorge Alarcão (Batata, 1997a, p. 169-184).

Em seguida, em termos de dimensão (apesar de nesta região não serem maiores que algumas grandes vilas), vêm os *vici*. Muitos deles foram interpretados como *villae*, como seja o caso das Mouriscas e até mesmo a Pedreira. Porém, dadas as suas características constitutivas, em que entram factores como a sua localização num cruzamento de vias, dimensão e materiais recolhidos, teremos que pensar em estruturas de outro tipo. Começando pela Pedreira, já verificámos que a sua ocupação se estende desde o Bronze Final ao Visigótico, o que, por si só, não seria significativo, pois existem muitos casos de *villae* romanas que apresentam ocupação semelhante e até em períodos cronológicos mais recuados. O que ajuda à sua compreensão como *vici* é a conjugação de outros factores, normalmente não tidos em conta, entre os quais se conta a separação física dos edifícios, distantes mas suficientemente



próximos para serem considerados um aglomerado, o facto de estarem frequentemente no cruzamento de vias romanas e a longa sobrevivência do povoamento e das culturas.

A estação da Pedreira estende-se por uma área superior a 300 m de comprimento (cerca de 2 ha), onde os arqueólogos comprovaram a existência de vários edifícios, isolados uns dos outros e técnicas construtivas diferentes, o que inviabiliza a sua compreensão como um todo. A existência de uma espécie de cerca defensiva, de um ribeiro entre as várias construções e vários núcleos de sepulturas visigóticas sobre estruturas anteriores, conferem-lhe o carácter de aglomerado urbano (Fig. 11-1). Finalmente, encontra-se num cruzamento de vias que favorece o aparecimento de estruturas deste tipo. Com efeito, passar-lhe-ia no interior, ou próximo, a via que margina o Tejo pela sua margem direita (Fig. 5, V10) e onde passaria uma via que vinha da Barca de Rio de Moinhos (VII) em direcção à Amoreira e daí a *Seilium* e *Conimbriga*.

As Mouriscas são sem dúvida o caso mais complexo e sério deste tipo de estruturas. A parte que foi escavada foi apenas de pequenas áreas ao longo de cerca de 300 m, com a existência de diversos edifícios e de funcionalidades diferentes. A sua ocupação remonta também à Idade do Ferro, pelo menos. Foram pelo menos identificadas estruturas pertencentes a uma área oficial (núcleo 4/5), uma casa rural com pátio interior e provável muro de cerca (núcleo 2) e um *horreum* (núcleo 1) sobre o qual assentava a necrópole visigoda constituída por 20 sepulturas. Junto desta estrutura foi encontrada a base de um marco miliário (Fig. 35-22). Porém, as Mouriscas não se resumem a estas estruturas: numa área de cerca de 600 ha são imensas as estações arqueológicas que abrangem estes dois períodos, fazendo lembrar uma aldeia de casas dispersas, o que é a característica da povoação de Mouriscas ainda nos dias de hoje.

Mouriscas era a centração de um grande número de vias: a via paralela ao Tejo, pelo seu lado norte, que atravessava as Mouriscas em direcção ao Penhascoso, Vale do Grou e Castelo Branco (V5). Do sul provinha a via que atravessava o Tejo em Alvega e se dirigia ao Codes e a Conimbriga (V3), passando pelo Sardeal. Daí saía também, ou a atravessava, uma via de sentido sul-norte que pudemos verificar em parte e que se dirigia à Amêndoa, Ponte dos Três Concelhos, Sertã, Ponte Romana do Cabril e Conimbriga (V5a). Às Mouriscas podem ser associadas, pela sua proximidade as estações 194 a 196 e 198 a 210, numa variedade que abrange diversos casais, uma granja, uma vila e uma cabana, numa diacronia que se estende desde a Pré-história até ao Visigótico.

A seguir aos *vici* surgem as aldeias que em muitos casos são difíceis de distinguir dos anteriores, pois os elementos de análise à disposição (materiais descontextualizados e falta de escavações) tornam muito semelhantes os dois tipos de povoamento. Em princípio, estas apresentam menores dimensões que os *vici* e muitas vezes menores que muitas granjas.

A Quinta do Ribeiro da Nata apresenta características de aldeia, apesar de só terem sido reconhecidos três núcleos habitacionais, distintos entre si, mas cujas áreas no total não perfazem uma aldeia. Talvez a dificuldade esteja na prospecção de campo que não tenha detectado outros núcleos. Tem, no entanto, uma grande diversidade de epígrafes (cinco) e era atravessada pela via que vinda do Alentejo por Belver, passava ao lado de Mação e se dirigia a Vila de Rei, Martinelo e Conimbriga (Fig. 5, V4). A presença de um possível miliário apresenta-a como um local de certa importância.

A sua situação geográfica, tal como em Mouriscas, facilitava a dispersão do povoamento. Ambas as zonas apresentam um relevo de pequenos cabeços, com muitas linhas de água. A sua área poderia ser calculada em cerca de 9 ha.

Outra área semelhante a esta é a de Vale do Grou. Semelhança em termos de implantação e semelhança na existência de vários núcleos separados mas homogéneos. Por aqui cruzavam também duas vias: uma de sentido sudeste-noroeste, vinha da Amieira e projectava-se

para a Amêndoa, podendo seguir a que ia pela Sertã, ou então continuar para noroeste para Vila de Rei e Alcamim, ligando a Conimbriga (VI). Em sentido contrário, era atravessada pela via Mouriscas, Vale do Grou, Castelo Branco (V5). Apareceu aqui uma base de coluna, segundo Maria Amélia Horta Pereira, que mais se assemelha a uma base de um marco miliário e como tal interpretada nesta tese (Fig. 35-23). É composta pelas estações 125 a 132, composta na maior parte por casais, duas granjas e uma cabana. No total perfazem cerca de 3000 m<sup>2</sup>, mas a área espacial que esta aldeia teria ocupado poderia ser maior. Não consta da tabela anexa, de forma unificada por já constar em variada bibliografia como sendo várias estações arqueológicas e mantemos a sua designação e separação.

A Senhora da Moita (121) também parece apresentar uma estruturação idêntica (passagem de via, revelo ondulado), mas a dificuldade de visitar os seus diversos núcleos, impedem-me de a apresentar como uma aldeia, embora a quantidade, diversidade e extensão de achados me levem a pensar que será uma estrutura do mesmo tipo.

O Lameirinho (055) apresenta-se como a maior destas aldeias, com os seus três núcleos de habitações separados por linhas de água que vão desaguar na Ribeira da Pracana. Em vez de ter uma forma a tender para o circular, alonga-se ao longo da ribeira numa grande extensão. Em termos de relevo também difere das anteriores, pois situa-se em encosta suave voltada para a ribeira, embora pudesse ter ocupado a zona mais acidentada que lhe fica por cima.

A seguir a este tipo de estruturas, a que maior tamanho parece apresentar é a estrutura que poderíamos designar como granja, mas a sua distinção só se pode operar pela aparente área de ocupação ou de dispersão de vestígios, já que pelos materiais que aí foram encontrados, ou que se puderam observar, se torna difícil dizer de que tipo de estrutura estamos a falar. No entanto, diferem das que consideramos aldeias por apresentarem uma única mancha contínua de vestígios. Apresentam áreas de dispersão semelhantes às ocupadas pela maior parte das vilas, mas talvez se possam diferenciar pela não existência aparente dos materiais mais nobres que aparecem nas vilas.

Apesar de apresentarem dimensões em tudo semelhantes às propostas por Jorge Alarcão, no artigo citado, pelo menos uma tem uma dimensão inferior, ou seja, cerca de 500 m<sup>2</sup>, o que poderia já ser incluído nos casais. Porém, parece ser um pouco mais rica que os casais. Algumas granjas poderiam efectivamente ser casais de maior dimensão. A fraca fiabilidade dos materiais achados à superfície, torna frequentemente frágil a distinção operada.

Outro tipo de estrutura que poderia fazer sentido seria a existência de *mutationes* ou *mansiones*. Já foi referido o caso da Coutada que deveria ser uma estrutura deste tipo, especialmente devido à sua fraca dimensão espacial. Demasiado pequena para ser uma *villa* mas com características que lhe são muito comuns (mosaicos). Também poderíamos admitir tratar-se de uma estrutura tipo viária ou uma vila que foge aos cânones estabelecidos.

O caso mais exemplar deste tipo de estrutura poderia ser a Mata Velha (024). Implantada numa encosta suave, perto de razoáveis terrenos agrícolas e perto da Ribeira da Sertã, tinha condições para ser uma *villa* romana. Porém, a sua pequena dimensão faz-nos pensar que seria uma estrutura de outro tipo. Com efeito, encontra-se também no centro de um nó rodoviário que teria como agentes a já referida via, ou conjunto de vias que do sul atravessavam em direcção à Ponte Romana do Cabril e a *Conimbriga*, e uma via que viria da Covilhã, por Oleiros, Mosteiro e Vale da Mata, Sertã e *Seilium*, por Dornes, ou mais abaixo por Alcamim ou Codes (Fig. 5, V8). Estas duas últimas hipóteses não se encontram comprovadas no terreno, o que não quer dizer que não existam.



Numa área de cerca de 500 m<sup>2</sup> foram encontrados um conjunto de tambores de coluna e um capitel com dois toros cuja semelhança com os que se encontram na cidade romana de *Ammaia* são evidentes (Fig. 35-18). A distância não é grande e encontra-se no trajecto de uma provável via que de *Ammaia* se dirigisse a Conimbriga ou a Coimbra, pela Amieira (VI).

Outra particularidade da zona é a presença de povoados mineiros. Em alguns dos casos foi possível associá-los à presença efectiva de vestígios romanos, sem no entanto ser possível precisar a sua cronologia, na maior parte dos sítios.

Dos mais evidentes, há que referir a estação dos Algarves (135), constituída por um poço de exploração de forma quadrangular e o povoado mineiro situado a cerca de 50 m a oeste da mina, onde encontrámos grande quantidade de mós romanas fragmentadas, dado que é uma área de cultivo (olival) (Fig. 37-36).

Outra estação muito semelhante a esta (mesmo tipo de mina e implantação do povoado) é a estação arqueológica da Cova da Moura (103), cujo povoado se encontra bastante danificado devido às estradas florestais. A informação da recolha de uma *sigillata* sudgálica, prestada por Carlos Banha da Extensão do IPA na Covilhã, remete a sua provável exploração para o Alto Império romano.

No cimo da Serra do Cabeço Raínho encontra-se outra Cova da Moura (011), constituída por uma enorme cratera, no fundo da qual existia uma entrada de mina horizontal. A cerca de 50 m a nordeste encontra-se também uma estrutura quadrangular derrubada que parece ser uma área industrial ligada à mineração. Não se encontraram telhas, mas alguns indícios materiais e o facto de ela se situar à beira de uma via romana fazem-nos pensar que poderá ser dessa época. No entanto, é difícil dizer se se trata de um povoado ou apenas uma estrutura ligada à mineração. De qualquer das formas, não se encontrou, em vários quilómetros em volta, qualquer outro tipo de estrutura que se pudesse relacionar com a mina ou outro tipo de assentamento.

Não longe (cerca de 5 km em linha recta, para este), encontra-se uma outra exploração mineira, a da Lisga (042), com mós tipicamente romanas, mas cujo povoado não foi ainda detectado, apesar de se terem prospectado vários sítios nas imediações (Fig. 37-32, 33 e 34).

Por fim, o Vale do Junco (154), cujas dimensões nos fariam pensar num *vicus* (cerca de 2 ha), apresenta materiais que se estendem desde a Idade do Ferro à Época Visigótica. Estação interpretada como um dos locais prováveis da localização de *Aritium Vetus*, e como *villa* por outros autores, apresenta, quanto a nós, características que poderiam transformá-la noutro tipo de estação.

O reconhecimento de uma enorme exploração aluvionar do Tejo, cujo avanço só não progrediu mais para o interior devido à existência deste povoado, querendo isto significar que o desmonte do terraço parou mesmo à beira da estação arqueológica, e o achamento em escavação de um enorme conjunto de artefactos de ferro a que foi ligada a existência de uma forja, poderia ter sido, pelo menos na sua última fase, ou seja, no Baixo Império, um enorme povoado mineiro, cujos habitantes se dedicariam à exploração dos terraços fluviais do Tejo, como é sabido, rico em ouro e outros metais.

Para além destas estruturas reconhecidas e catalogadas, existem outras estruturas, especialmente junto das conheiras do Codes e uma na zona das conheiras da Serra das Talhadas (045), que não foram catalogadas devido à falta de elementos de caracterização que as pudessem inserir em qualquer dos períodos aqui apresentados. Trata-se, na maior parte, de pequenas casas feitas com conhos, mas sem aparente cobertura com telhas, que existem nas imediações ou dentro das conheiras. Não seria invulgar a existência de estruturas de mineração

ou mesmo povoados mineiros cuja cobertura fosse feita com palha ou colmo. Há diversos exemplos disso e tal situação não era estranha aos romanos. Mesmo em pleno século XX, algumas explorações de ouro que pude estudar apresentavam a totalidade das suas estruturas quer de mineração, lavagem e habitação totalmente em madeira, não deixando vestígios da sua existência para além da boca das minas.

A maior fatia de estruturas detectadas neste período poderiam ser classificadas como casais e como estruturas de gado, palheiros ou cabanas. À falta de uma designação específica para cada tipo de estrutura talvez fosse preferível a expressão romana de *capanna* para as unidades de menor expressão.

Em termos globais, os casais e cabanas representam uma fatia importante do povoamento rural romano, tendo-se verificado que os casais e cabanas inseridos no período Alto e Baixo-Império apresentam uma área total de ocupação que anda na ordem dos 6500 m<sup>2</sup> contra os 2300 m<sup>2</sup> inseridos no período tardo-romano/visigótico, o que parece corroborar as ideias generalizadas de um decréscimo da actividade económica e social com a queda do Império Romano e a conseqüente ruralização e diminuição de população na Alta Idade Média.

Verifica-se igualmente que os casais de época romana apresentam dimensões maiores que os do período seguinte, já para não falar da pobreza de materiais deste último período.

No que respeita à problemática de saber se muitos destes casais poderiam ser dependências dos *fundi* das vilas romanas, como acontece no Alentejo, constata-se que é rara a presença de casais perto destas. No entanto, assinalam-se dois casos em que poderia ter acontecido isso. No primeiro caso, o casal do Cabeço da Perdida (247), pela proximidade, poderia ser uma dependência da vila da Quinta da Gorda (249). No segundo caso, o casal do Ribeiro Davide (163) poderia estar dependente da vila do Sobral (169).

Continuando na mesma linha de raciocínio, talvez se pudesse encontrar dependência de casais e cabanas em outros tipos de estabelecimentos. No caso do *vicus* da Pedreira, talvez se pudesse fazer depender, não dele, que é uma entidade abstrata, mas sim de uma das suas unidades familiares o casal do Carrascal (229) que lhe está muito próximo.

No caso das granjas também se verifica que o casal do Cemitério (170) poderia fazer parte da granja do Casal da Sra. da Graça (172).

No caso do povoado mineiro do Vale do Junco (154), também poderia ter uma dependência (ou mais) mesmo junto ao Tejo, neste caso a cabana de Lezíria (234).

No caso da mansio da Mata Velha (024), poderia ter dependente o casal da Abegoaria (025).

Verificam-se também relações de dependência entre casais ou entre casais e cabanas. No caso do pequeno casal do Cabeço da Sobreira (224), parece mais que certo que a cabana do Descampado (223), situada perto, fosse uma dependência desta. No caso do Poço Caldeiro (060), interpretado por nós como um casal, mas que na realidade poderia ser uma cabana com 100 m<sup>2</sup>, é certa a sua ligação ao casal do Monte de São João (061).

Importante se torna referir, mais uma vez, a fragilidade das classificações aqui esboçadas. Como já foi referido, elas são fruto da compilação dos fracos elementos disponíveis e recolhidos em prospecções de campo, com as limitações que lhe são inerentes (materiais descontextualizados, dificuldade de visualizar o terreno, etc.). Os elementos mais estáveis provêm, como é lógico, de escavações levadas a cabo em algumas estações com estratigrafias e materiais contextualizados, o que permite uma maior aproximação à realidade.

N.º	Classificação	Área m <sup>2</sup>	Achados	Cronologia
012	Casal	500	i, iv, cc	Século I d.C.?
013	Granja	3500	i, iv, ipc	Alto Império-Visigótico
024	Mansio	1000	me, m, c, ca, t, i, ti, cc,	Alto Império
025	Casal	100	i, m	Alto e Baixo Império
027	Granja	5000	i	Tardo-romano/Visigótico
033	Mutatio	500	i, d, cc	Baixo Império
038	Mansio ou Mutatio	900	i, t, ti, m, cc, si, d, â, me, p	Baixo Império
051	Casal	100	i	Alto e Baixo Império
054	Casal	100	it, cc	Tardo-romano/Visigótico
055	Aldeia	6000	mo, d, t, i, tc, ti, cc	Baixo Império
060	Casal	100	d, cc	Tardo-romano/Visigótico
066	Casal	100	d, cc, me	Tardo-romano/Visigótico
104	Granja	1000	i, cc	Baixo Império
107	Casal	250	cc, i, t, mos, ti, v, b	Alto Império
108	Casal	500	cc, op, i, t, ti, mo	Alto Império
111	Casal	500	i, t, ti, op, s, cc, me, d, if, c	Alto e Baixo Império
115	Casal	100	i, t, ti, cc, si, mo	Alto e Baixo Império
118	Mansio	600	mos, i, t, cc, si, m, me, ti, op, â, c	Alto Império
121	Aldeia	1500	i, op, si, â, iv, t, ti, cc, p, d	Alto Império
122	Casal	200	op, cc, mo	Alto e Baixo Império
123	Casal	200	i, d	Baixo Império
126	Casal	500	c, op, i, t, cc, mo, s, mi	Alto e Baixo Império
127	Casal	200	p, m, me	Alto e Baixo Império
128	Casal	100	i, s, p	Alto e Baixo Império
129	Granja	1000	i, t, ti, me	Alto e Baixo Império
130	Cabana	50	i	Alto e Baixo Império
131	Casal	100	i, mo	Alto e Baixo Império
132	Granja	1000	i, t, op	Alto e Baixo Império
136	Granja	1000	cc, op, si, d, i, t, mo	Alto Império
146	Casal	400	mo, m, c	Alto e Baixo Império
150	Casal	100	cc, m, it, ti	Tardo-romano/Visigótico
157	Casal	100	it, d, cc, m	Visigótico
160	Granja	2000	ti, cc, p, t	Alto e Baixo Império
163	Casal	100	t, i	Alto e Baixo Império
164	Casal	200	d, i	Tardo-romano/Visigótico
167	Casal	100	t, i	Alto e Baixo Império
168	Granja	500	mo, p, t, i, op, d	Alto e Baixo Império
169	Villa	2000	â, c, cf, ti, p, t, i	Baixo Império
170	Casal	400	t, i, c	Alto e Baixo Império
172	Granja	10 000	cf, p, t, s, mi, i, d, c, mo	Alto Império
175	Cabana	10	it	Tardo-romano/Visigótico
179	Cabana	10	it	Tardo-romano/Visigótico
180	Casal	25	it	Visigótico
181	Cabana	10	it	Tardo-romano/Visigótico
194	Casal	100	it, d	Tardo-romano/Visigótico
195	Granja	2500	p, t, d	Alto e Baixo Império
196	Casal	500	i, cc	Tardo-romano/Visigótico
197	Vicus	15 000	t, i, ti, p, â, me, d, si, mo, s, c, b, m, cc, v	Idade do Ferro-Visigótico
198	Casal	500	t, i	Alto e Baixo Império
199	Casal	100	it	Tardo-romano/Visigótico
200	Casal	200	t, i, ti, d, cc, s, â, p, v	Alto e Baixo Império
201	Casal	400	t, i, d	Baixo Império
203	Cabana	5	t, d	Alto e Baixo Império
204	Casal	100	t	Alto e Baixo Império

N.º	Classificação	Área m <sup>2</sup>	Achados	Cronologia
205	Villa	20 000	p, mo, m, ti, t, i, tc, cc, d, si	Alto e Baixo Império
206	Casal	100	ti, d, cc, i	Tardo-romano/Visigótico
208	Casal	100	it, ti	Tardo-romano/Visigótico
209	Casal	25	it, cc	Tardo-romano/Visigótico
210	Casal	25	t, i, m	Alto e Baixo Império
211	Casal	200	ti, i, cc, p	Baixo Império
213	Granja	2500	t, si, cc, p	Alto e Baixo Império
214	Granja	2500	t, i, cc, p, mo	Alto e Baixo Império
215	Casal	100	i, cc, d	Baixo Império
216	Casal	100	it, cc	Tardo-romano/Visigótico
217	Villa	5000	p, mo, op, ti, t, i, tc, d, si	Baixo Império-Visigótico
218	Villa	25 000	me, op, mos, cc, m, â, mo, ti, t, tc, d, si, v, s	Idade do Ferro-Baixo Império
220	Granja	1000	t, i	Alto e Baixo Império
221	Cabana	15	t, d, i, , ti, m	Alto e Baixo Império
223	Cabana	25	t, i	Alto e Baixo Império
224	Casal	300	t, i, cc	Alto e Baixo Império
226	Villa	2500	ti, c, cc, d, me, t, i, m, p	Alto e Baixo Império
228	Cabana	5	t	Alto e Baixo Império
229	Casal	100	cc, mo	Alto e Baixo Império
230	Vicus	20 000	p, b, mo, t, ti, i, tc, op, si, iv, m, me	Bronze Final-Visigótico
232	Casal	100	cc, i, ti, tc, v	Tardo-romano/Visigótico
233	Casal	500	t, i	Alto e Baixo Império
234	Cabana	25	t	Alto e Baixo Império
237	Casal	200	t, i, iv, p, v, ti, cc, d, me	Alto e Baixo Império
241	Casal	100	it	Tardoromano/Visigótico
242	Casal	50	it	Tardo-romano/Visigótico
243	Casal	50	it	Tardo-romano/Visigótico
244	Casal	50	it	Tardo-romano/Visigótico
245	Casal	50	it	Tardo-romano/Visigótico
246	Casal	50	it	Tardo-romano/Visigótico
247	Cabana	25	t, it	Alto e Baixo Império
228	Villa	2500	t, i, cc, ti, â, d, si	Alto e Baixo Império
249	Villa	3000	t, i, cc, tc, p, d, si, me	Alto e Baixo Império
254	Casal	50	c, i	Romano?
255	Aldeia	1000	t, i, cc, m, b, mi, c, mo, s, si, cf, d, p, me	Alto e Baixo Império

â – ânfora; **b**- bastão de comando; **c** – colunas (fustes, bases e capitéis); **cc** – cerâmica comum; **cf** – cerâmica fina; **d** – *dolia*; **i** – *imbrices*; **ipc** – inscrição paleo-cristã; **it** – *imbrices* toscos; **iv** – inscrição votiva; **m** – moedas; **me** – metais (escória, bronze e ferro); **mi** – miliário (base, coluna); **mo** – mós; **mos** – mosaicos; **op** – *opus signinum*; **p** – pesos de tear; **s** – silhares; **si** – *sigillata*; **t** – telhas; **te** – tijolo de coluna; **ti** – tijolos, tijoleiras; **v** – vidros.